

REFORMA TRIBUTÁRIA DE ONDE SAÍMOS E PARA ONDE VAMOS



A Reforma Tributária está entre as mudanças mais significativas do sistema fiscal brasileiro nas últimas décadas. Com a promulgação do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68/24), a estrutura tributária do país passará a contemplar novos tributos, simplificação de regimes e uma nova distribuição de competências. Neste material, exploraremos o panorama atual e as perspectivas futuras, destacando os principais impactos e oportunidades para empresas e contribuintes.

1 DE ONDE SAÍMOS: O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O cenário anterior à reforma é marcado por:

- **Complexidade Excessiva:** Multiplicidade de tributos (ICMS, ISS, PIS, COFINS, IPI) com bases de cálculo e alíquotas distintas, múltiplas legislações e regras de contencioso administrativo.
- **Resíduos Tributários:** Dificuldade na compensação de tributos e recolhimento em cascata, encarecendo o produto final e reduzindo a competitividade.
- **Guerra Fiscal:** Disputas entre estados e municípios, com concessões de benefícios muitas vezes questionáveis.
- **Custos Operacionais Elevados:** Cumprimento de obrigações acessórias e litígios constantes.

SISTEMA ATUAL

IPI

PIS COFINS

ICMS ISS

NOVO MODELO

IS e IPI ZFM

IVA DUAL

CBS

Contribuição sobre
Bens e Serviços

IBS

Imposto sobre
Bens e Serviços

2 PRA ONDE VAMOS: PRINCIPAIS MUDANÇAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

A proposta, que já passou por debates intensos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, estabelece as seguintes mudanças estruturais:

1. Simplificação Tributária

- **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Unifica ICMS e ISS.
- **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Substitui PIS e COFINS.
- **IS (Imposto Seletivo):** Tributa bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Reforma Tributária - Principais “correções” do modelo atual

A Lei Complementar busca garantir a correção de algumas “falhas” do sistema tributário atual, com aplicação de mecanismos constitucionais.





















2. Regimes Diferenciados

Setores e/ou produtos que contam com alíquotas reduzidas ou créditos presumidos.






Redução em 30%

Prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional.

 Administradores;	 Profissionais de educação física;
 Advogados;	 Engenheiros e agrônomos;
 Arquitetos e urbanistas;	 Estatísticos;
 Assistentes sociais;	 Médicos veterinários e zootecnistas;
 Bibliotecários;	 Museólogos;
 Biólogos;	 Químicos;
 Contabilistas;	 Profissionais de relações públicas;
 Economistas;	 Técnicos industriais;
 Economistas domésticos;	 Técnicos agrícolas.









Redução em 60%

Nas alíquotas dos tributos mencionados para operações com bens e serviços considerados essenciais, culturais ou estratégicos, desde que atendam a critérios definidos.

 Alimentação, medicamentos, educação, saúde e transporte público;
 Produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais;
 Serviços de comunicação institucional;
 Serviços relacionados a atividades desportivas;
 Bens e serviços relativos à soberania, segurança nacional, segurança da informação e cibernética.

Redução a Zero

Promove o acesso a bens e serviços essenciais, como dispositivos médicos e medicamentos, beneficiando grupos como pessoas com deficiência, motoristas profissionais e entidades do SUS.

 Dispositivos médicos;
 Dispositivos de acessibilidade próprios para pessoas com deficiência;
 Medicamentos;
 Produtos de cuidados básicos à saúde menstrual;
 Produtos hortícolas, frutas e ovos;
 Automóveis de passageiros adquiridos por pessoas com deficiência ou com transtorno do espectro;
 Automóveis de passageiros adquiridos por motoristas profissionais que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);
 Serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos.

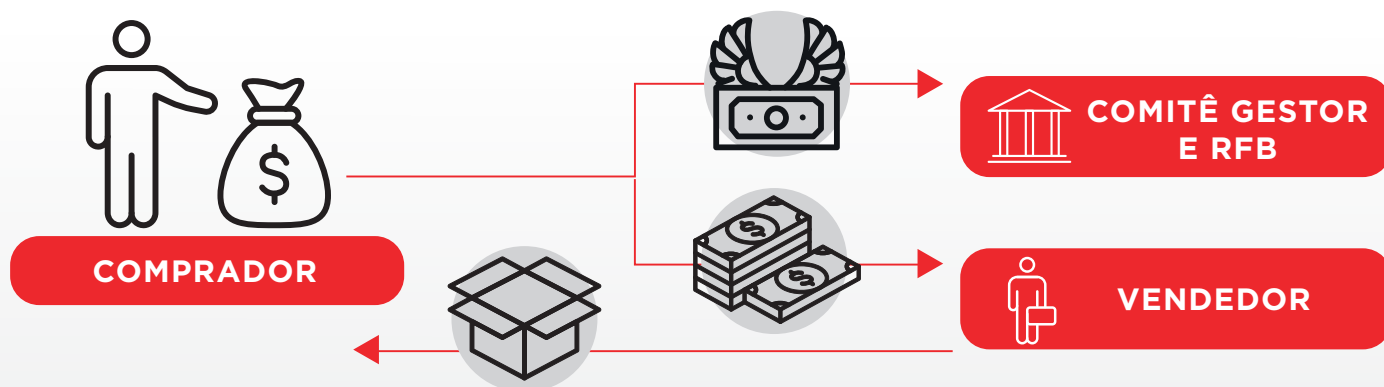
3. Regimes Específicos

Foram também criados regimes específicos para alguns setores, destacando-se os seguintes:

- Operações com bens imóveis;
- Combustíveis (óleo e gás);
- Serviços financeiros;
- Planos de assistência à saúde;
- Concurso de prognósticos;
- Bares e restaurantes;
- Hotelaria, agências de turismo e parques;
- Transporte coletivo de passageiros.

4. Split Payment

Plataformas digitais terão papel central no recolhimento de tributos nas transações intermediadas.



Modalidade padrão (inteligente) Compra e venda de mercadorias:

- Exigirá estrutura tecnológica para vinculação do documento fiscal à operação
- Análise da alíquota específica de cada produto
- Análise de créditos apurados pelo contribuinte
- Possível retenção dos valores dos tributos
- Destinação ao Comitê Gestor e à RFB.

Modalidade simplificada Compra e venda de mercadorias:

- Opção que pode ser feita, de caráter irretratável por todo o período de apuração (que é mensal)
- Recolhimento feito com base em percentual preestabelecido, que não tem vinculação com as alíquotas efetivamente incidentes em cada caso
- Espécie de antecipação e, em caso de excesso de recolhimento, os valores serão devolvidos
- Não serão descontados os créditos do vendedor.

5. Cashback

Devolução personalizada de parcela da CBS e do IBS a famílias de baixa renda. Os seguintes produtos e serviços serão submetidos à devolução:

- Energia elétrica;
- Abastecimento de água;
- Esgotamento sanitário;
- Gás de cozinha;
- Serviços de telecomunicações.

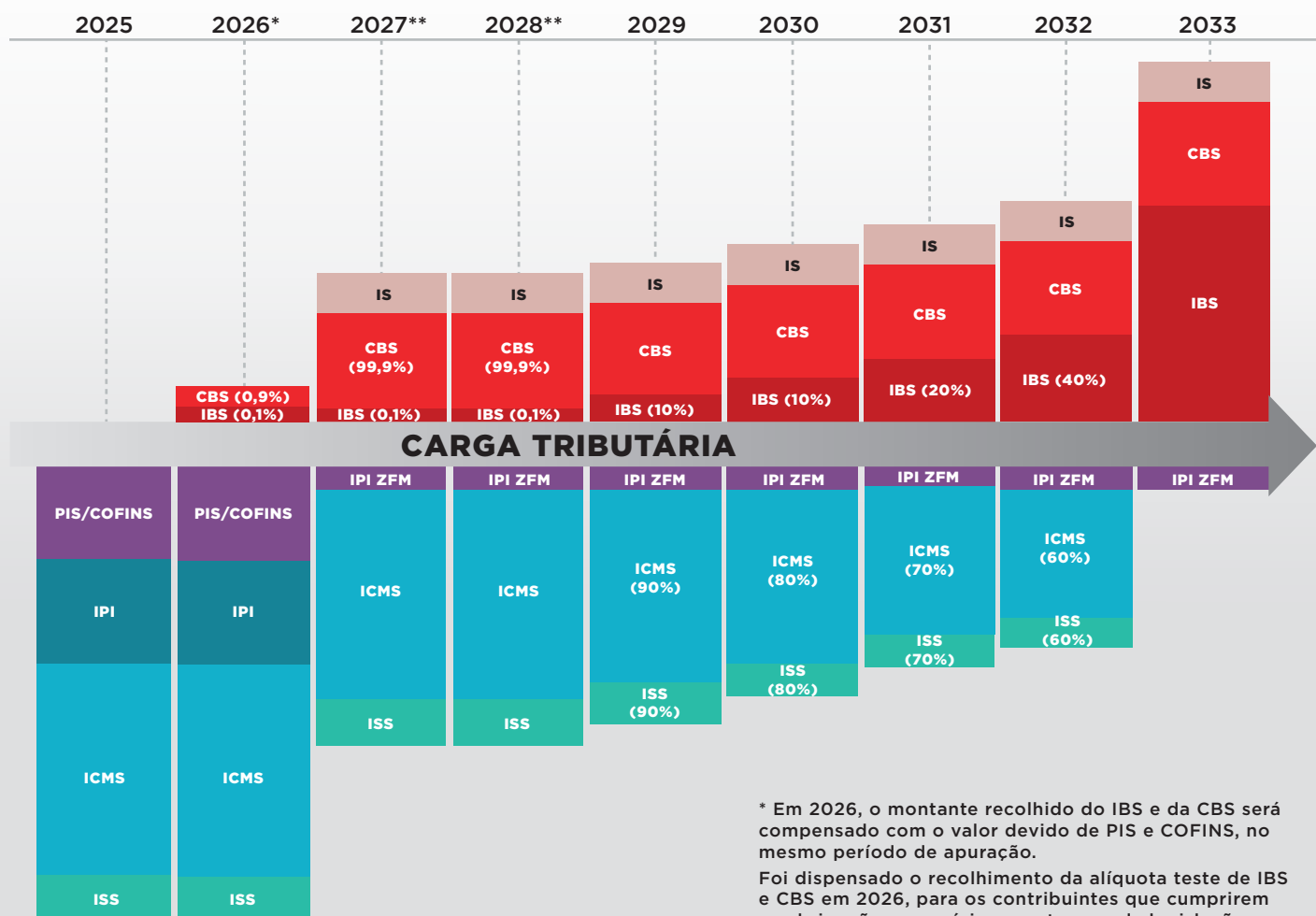
6. Imposto Seletivo

Produtos e serviços que serão gravados com o tributo:

- veículos;
- embarcações e aeronaves;
- produtos fumígenos;
- bebidas alcoólicas;
- bebidas açucaradas;
- bens minerais; e
- concursos de prognósticos e *fantasy sport*.

7. Regras de Transição

Implementação gradual entre 2026 e 2033, garantindo adaptação dos contribuintes.



* Em 2026, o montante recolhido do IBS e da CBS será compensado com o valor devido de PIS e COFINS, no mesmo período de apuração.

Foi dispensado o recolhimento da alíquota teste de IBS e CBS em 2026, para os contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias, nos termos da legislação.

** Em 2027 e 2028, a CBS será reduzida em 0,1 (um décimo) ponto percentual

3

VETOS PRESIDENCIAIS

A Lei Complementar nº 214 foi sancionada com vetos em 16 de janeiro de 2025. Confira os dispositivos vetados na tabela a seguir:

Dispositivo vetado	Conteúdo
Art. 26, V	Estabelecia que fundos de investimento não seriam contribuintes do IBS e da CBS, salvo em situações específicas.
Art. 26, X	Estabelecia que fundos patrimoniais instituídos de acordo com a Lei nº 13.800/2019 não seriam contribuintes do IBS e da CBS.
Art. 26, § 1º, III	Permitia que fundos de investimento em bens imóveis optassem pelo regime regular do IBS e da CBS.
Art. 26, § 5º	Definia critérios para que Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) fossem considerados contribuintes no regime regular de tributação.
Art. 26, § 6º	Estabelecia quando FIIs e Fiagros não seriam contribuintes, dependendo da composição das cotas.
Art. 26, § 8º	Prevvia regulamentação futura para incluir novas operações de bens e serviços na tributação do IBS e da CBS.
Art. 36, § 2º	Definia a responsabilidade solidária do adquirente pelo IBS e CBS quando o recolhimento fosse feito pelo próprio adquirente.
Art. 138, § 4º	Prevvia um ajuste anual para o produtor rural em relação a insumos agropecuários e aquícolas adquiridos com diferimento do IBS e da CBS.
Art. 138, § 9º, II	Estabelecia o encerramento do diferimento em razão do ajuste anual indicado no dispositivo acima.
Art. 183, § 4º	Excluía organizações gestoras de fundos patrimoniais das regras do regime especial para serviços financeiros.
Art. 231, § 1º, III	Prevvia alíquota zero do IBS e da CBS, com direito a créditos, a importadores de serviços financeiros que também prestassem alguns tipos específicos de serviços financeiros.
Art. 252, § 1º, III	Equiparava contratos que permitissem a utilização de espaço físico, por meio oneroso, a uma locação, uma cessão onerosa ou um arrendamento de bens imóveis.
Art. 332, § 2º	Permitia intimações tributárias por outros meios, caso não fosse possível utilizar o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE).
Art. 334	Disposições diversas sobre intimação relacionada ao processo administrativo tributário.
Art. 413, I	Indicava que o Imposto Seletivo não incidiria sobre exportações.
Art. 429, § 4º	Prevvia penalidade em razão da venda, remessa ou comercialização de tabaco a empresa que não fosse industrializadora de charutos, cigarros, cigarilhas ou de fumo.
Art. 444, § 5º	Permitia apropriação de créditos do IBS na importação por contribuinte habilitado aos incentivos da Zona Franca de Manaus.
Art. 454, § 1º, II	Prevvia um crédito presumido de CBS para produtos que estivessem sujeitos à alíquota zero do IPI e que fossem industrializados na Zona Franca de Manaus ou com projeto técnico-econômico aprovado pela SUFRAMA.
Art. 462, § 5º	Prevvia créditos de IBS para habilitados das Áreas de Livre Comércio beneficiados com crédito presumido em relação à importação de mercadorias para revenda presencial.
Art. 494	Tratava de critérios para atos do Comitê Gestor do IBS e do chefe do Poder Executivo da União relacionados à avaliação quinquenal do IBS e da CBS.
Art. 495	Tratava da recriação da Escola de Administração Fazendária (ESAF) no Ministério da Fazenda.
Art. 517 (na parte em que inclui a alínea 'b' ao inciso XII-A, do §1º, do art. 13, da LC 123/03)	Tratava de modificação da Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe sobre o Simples Nacional, relacionada a operações sujeitas ao regime de substituição tributária no âmbito do IBS e da CBS.
Art. 536	Alterava a Lei nº 11.907/2009, no que diz respeito à Escola de Administração Fazendária.
Anexo XI, Itens 1.4, 1.5, 1.8 e 1.9.	Excluiu bens e serviços relacionados à soberania e à segurança nacional, que eram beneficiados com redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS: 1.4 - Serviços de segurança não classificados em subposições anteriores 1.5 - Serviços de sistemas de segurança 1.8 - Seguro para casos de dispositivos com dados pessoais, furtados ou roubados 1.9 - Serviço de proteção e ressarcimento de transações bancárias indevidas, motivadas por furto, roubo ou sequestro

4

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Com o novo cenário, os contribuintes podem pensar nos seguintes desafios e oportunidades.

Oportunidades:

- **Redução de Custos:** Ampla possibilidade de creditamento, com menor cumulatividade de tributos ao longo das cadeias comerciais e regras mais claras.
- **Competitividade:** Maior transparência na cadeia produtiva.
- **Modernização:** Adoção de sistemas digitais, como o split payment, que otimiza o recolhimento.

Desafios:

- **Adaptação Gradual:** Investimentos em tecnologia e treinamento.
- **Fiscalização mais rigorosa:** Integração de sistemas com Comitê Gestor do IBS e RFB.
- **Setores Específicos:** Transição em setores dependentes de regimes diferenciados, como o agronegócio e o imobiliário.

5

COMO SUA EMPRESA PODE SE PREPARAR?

1. **Revisão de Processos Tributários:** Adequar sistemas internos às novas exigências.
2. **Capacitação da Equipe:** Treinamento sobre o novo regime fiscal.
3. **Consultoria Estratégica:** Identificar impactos específicos e oportunidades de otimização fiscal.
4. **Monitoramento Contínuo:** Acompanhar as próximas etapas no Legislativo e regulamentações.



Infográfico elaborado pela área de Tributário do BMA Advogados